

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL**

Em 29 de novembro de 2017, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Designação de relator para o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 - Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [COM (2017) 650];**
4. **Designação de relator para o relatório de progresso referente à regulamentação das leis (leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas) tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XIII Legislaturas (5 de Abril de 2002 a 14 de setembro de 2017);**
5. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

**Projeto de Lei n.º 615/XIII/3.ª (PSD) - Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;**

**Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)**

**Projeto de Lei n.º 616/XIII/3.ª (CDS-PP) - Sexta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;**

**Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)**

6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
  - A) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Presidente demissionário da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Coronel Joaquim Leitão (conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar);**
  - B) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição dos membros da Comissão Técnica Independente sobre o incêndio de Pedrógão Grande (conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar);**
  - C) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição, em primeiro lugar, do anterior Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Coronel Joaquim Leitão, e, em segundo lugar, do novo responsável máximo da Autoridade Nacional de Proteção Civil, General Mourato Nunes;**
  - D) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição do Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Eng.º João Paulo Marçal Lopes Catarino (em eventual reunião conjunta com a CAM);**
  - E) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Conselho Superior da Magistratura na sequência de notas emitidas por este Conselho à comunicação social a propósito de um acórdão do Tribunal da Relação do Porto em caso de violência doméstica;**
  - F) **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para que seja incluído, como ponto autónomo, na próxima audição regimental da Ministra da Justiça na**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

Comissão, a discussão do Relatório «Olhar o futuro para guiar a ação presente. Relatório sobre o sistema prisional tutelar», publicado no passado mês de setembro.

7. Admissão e distribuição de petições;

8. Apreciação e votação de relatórios finais das seguintes petições:

Petição n.º 95/XIII/1.ª - Solicita a apreciação da legalidade das Portarias n.º 931/2006, de 8/9 e 192/2015, de 29/6, na parte relativa à obrigatoriedade de os portadores de armas de fogo manifestadas com livretes antigos procederem à sua substituição pelo atual modelo;

Relator - Deputado António Gameiro (PS)

Petição n.º 176/XIII/1.ª - Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais

Relator - António Gameiro (PS)

Petição n.º 230/XIII/2.ª - Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa;

Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

-----

Petição n.º 29/XIII/1.ª - Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal;

Petição n.º 59/XIII/1.ª - Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados passarem a ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança;

Petição n.º 72/XIII/1.ª - Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria;

Petição n.º 107/XIII/1.ª - Solicita a alteração da Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro, que criou o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, no sentido de serem aditados ao circuito integrado do cartão (chip) elementos de identificação adicionais e de ser criado um cartão "braçadeira eletrónica" para pessoas em situação vulnerável;

Petição n.º 123/XIII/1.ª - Solicita a criação de um Centro de Arbitragem de Conflitos da Segurança Social;

Petição n.º 125/XIII/1.ª - Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes;

9. Apreciação e votação do relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à ENISA, a «Agência da União Europeia para a Cibersegurança», e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

em comunicação, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 526/2013 («Regulamento Cibersegurança») [COM (2017) 477];  
Relatora – Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

10. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
11. Apreciação e votação das atas n.ºs 3 e 14/XIII/3.ª, correspondentes às reuniões de 4 de outubro a 15 de novembro de 2017;
12. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram comunicadas e distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 101/XIII/3.ª (GOV)	<a href="#">Estabelece as regras relativas às ações de indemnização por infração ao direito da concorrência, transpondo a Diretiva 2014/104/UE.</a>	CEIOP (6.ª) competente Obs: Conexão com a 1.ª Comissão
PPL 102/XIII/3.ª (GOV)	<a href="#">Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente.</a>	Discussão na generalidade no Plenário de: 28-11-2017
PPL 105/XIII/3.ª (GOV)	<a href="#">Autoriza o Governo a criar o Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos.</a>	CAM (7.ª) competente Obs: Conexão com a 1.ª Comissão
PPL 106/XIII/3.ª (GOV)	<a href="#">Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor</a>	<b>Deputado Relator a indicar pelo PSD</b>

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 654/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Altera a moldura penal relativa ao crime de incêndio florestal</a>	Discussão na generalidade em Plenário 29/11/2017
PJL 655/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Procede ao reforço das normas relativas à prevenção de incêndios previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios</a>	Discussão na generalidade em Plenário 29/11/2017 CAM (7.ª) competente Obs: Conexão com a 1.ª Comissão
PJL 656/XIII/3.ª (PAN)	<a href="#">Inclui o crime de incêndio florestal no elenco dos "crimes de investigação prioritária"</a>	Discussão na generalidade em Plenário 29/11/2017
PJL 664/XIII/3.ª (PSD)	<a href="#">Estabelece o procedimento concursal para o recrutamento dos cargos dirigentes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)</a>	Discussão na generalidade em Plenário 29/11/2017

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

<p>PJL 667/XIII/3.ª (PSD)</p>	<p><a href="#">45.ª alteração ao Código Penal, qualificando o crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro</a></p>	<p>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</p>
-----------------------------------	--	---

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIACÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
<p>PJR 1110/XIII/3.ª (PAN)</p>	<p><a href="#">Recomenda ao Governo que proceda à criação de uma equipa de intervenção psicológica de resposta aos incêndios que deflagraram na zona Centro e Norte do país, afetando os distritos de Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Braga e Leiria</a></p>	<p>Competente a 7-CAM XIII em conexão com a 1.ª Comissão</p>
<p>PJR 1115/XIII/3.ª (PSD)</p>	<p><a href="#">Criação de equipas de bombeiros profissionais em todo o território nacional e valorização do voluntariado</a></p>	<p>Discussão em Plenário 29/11/2017 <b>Competente a 1.ª Comissão em conexão com a 7.ª e 11.ª Comissões</b></p>

Relativamente à Proposta de Lei n.º 106/XIII/3.ª - [Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor](#), o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) informou que, sobre a mesma matéria, o Grupo Parlamentar do PSD apresentara o Projeto de Lei n.º 430/XIII/2.ª - [Aprova medidas de transparência com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres](#), que baixara, sem votação, à Comissão de Trabalho e Segurança Social, em março passado, encontrando-se pendente para nova apreciação no Grupo de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género, pelo que sugeria que se encontrasse uma forma de colmatar este tratamento diferenciado das duas iniciativas, designadamente através de um contacto a desenvolver entre os Presidentes da 1.ª e da 10.ª Comissões, a fim de assegurar a tramitação conjunta das duas iniciativas.

Por sua vez, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), a propósito da Proposta de Lei n.º 102/XIII/3.ª (GOV) - [Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente](#), entretanto discutida, na generalidade, em Plenário no dia anterior, questionou se os pareceres das entidades que o proponente Governo indicou ter ouvido (referência feita na exposição de motivos) foram disponibilizados, tendo o Senhor Presidente esclarecido que, na referida iniciativa, o

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL**

Governo informou que procedeu a consultas públicas a diversas entidades, que elencou, mas não juntou o resultado das consultas efetuadas.

Em seguida, procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do documento	Deputado relator	Prazo
<a href="#">COM(2017)571</a> - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as normas do Regulamento (UE) 2016/399 aplicáveis à reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas	<b>Deputado Fernando Negrão (PSD)</b>	06.12.2017
<a href="#">COM(2017)637</a> - Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2009/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	<b>Deliberado não escrutinar</b>	

Nos terceiro e quarto pontos da ordem de trabalhos, foram designados relatores a Senhora Deputada Susana Amador (PS) e o Senhor Deputado António Filipe (PCP), respetivamente, do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 - Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [COM (2017) 650], e do relatório de progresso referente à regulamentação das leis (leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas) tramitadas na Comissão de Assuntos Constitucionais e aprovadas no período da IX ao final da XIII Legislaturas (5 de Abril de 2002 a 14 de setembro de 2017).

No ponto seguinte, foram apreciados os pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs [615/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e [616/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) - Sexta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, que foram apresentados conjuntamente pelo respetivo relator, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) e, após uma breve intervenção do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), submetidos a votação, foram aprovados por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do PEV.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

No sexto ponto da ordem de trabalhos, começaram por ser apreciados conjuntamente os requerimentos, apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD, de audição do Presidente demissionário da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Coronel Joaquim Leitão, e dos membros da Comissão Técnica Independente sobre o incêndio de Pedrógão Grande (audições conjuntas com a Comissão de Agricultura e Mar), tendo o Senhor Presidente informado que os mesmos já haviam sido apreciados e aprovados, por unanimidade, na Comissão de Agricultura e Mar, na semana anterior.

Em seguida, sob a forma de interpelação à Mesa, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) questionou o propósito da apresentação dos dois requerimentos em duas Comissões diferentes, considerando estar prejudicado o efeito útil da respetiva apreciação e votação na 1.ª Comissão – estaria em causa tão-só a Comissão anuir em participar numa audição já aprovada pela 7.ª Comissão.

O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), na apresentação dos requerimentos, justificou que a metodologia seguida se deveu ao impasse criado pelo facto de o Grupo Parlamentar do PS não ter permitido a discussão e votação dos requerimentos na anterior reunião da Comissão, o que precipitou a apresentação e consequente votação dos mesmos na 7.ª Comissão. Considerou, contudo, que tal não impedia que a 1.ª Comissão os apreciasse naquele momento, devendo, acompanhar a deliberação da 7.ª Comissão e aprovar os dois requerimentos. E concluiu que a metodologia adotada não punha em causa a dignidade da 1.ª Comissão.

Por versar matéria conexa com os anteriores, seguiu-se a apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, de audição, em primeiro lugar, do Presidente demissionário da ANPC e, em segundo lugar, do novo responsável máximo da ANPC, General Mourato Nunes, que foi apresentado pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), tendo esta manifestado a sua concordância com a posição expressa pelo Deputado do PSD, ou seja, que o facto de ter sido aprovado um requerimento idêntico na 7.ª Comissão não invalidava o que viesse a ser deliberado na 1.ª Comissão, e acrescentou que a segunda audição requerida pelo CDS-PP não era coincidente.

Seguiu-se no uso da palavra o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que aventou a possibilidade de os requerimentos em apreciação serem rejeitados, o que não afetaria em nada a deliberação já tomada pela 7.ª Comissão, situação que o levava a concluir



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

no sentido da irrelevância da respetiva apreciação e votação. Terminou dizendo, ainda, que a 1.ª Comissão poderia associar-se às audições aprovadas na 7.ª Comissão.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) reclamou que estavam em causa duas realidades completamente diferentes, que o pretendido era a realização das audições conjuntamente por mais de uma Comissão, neste caso também pela 1.ª Comissão, o que implicaria convocar os Deputados desta e não apenas convidá-los a participar nas audições. Além de que a matéria da proteção civil é da responsabilidade da 1.ª Comissão.

Concluído o debate, foram submetidos a votação, separadamente, os três requerimentos, com os seguintes resultados:

- o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, de audição do Presidente demissionário da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Coronel Joaquim Leitão (audição conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar), foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS;
- o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, de audição dos membros da Comissão Técnica Independente sobre o incêndio de Pedrógão Grande (audição conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar) foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS;
- o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, de audição, em primeiro lugar, do Presidente demissionário da ANPC e, em segundo lugar, do novo responsável máximo da ANPC, General Mourato Nunes, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, de audição do Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Eng.º João Paulo Marçal Lopes Catarino (em eventual reunião conjunta com a CAM), que foi apresentado pelo Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP).

No debate, usaram da palavra. Além do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), António Filipe (PCP) e Luís Marques



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

Guedes (PSD), tendo todos referido que se tratava de matéria primordialmente da Competência das 7.ª e 11.ª Comissões (eventualmente, também da competência da 6.ª Comissão), embora com conexão com a 1.ª Comissão, pelo que se justificaria que a mesma fosse realizada em conjunto com essas Comissões, dado o carácter transversal das matérias, proposta que mereceu a concordância do proponente, que declarou aditar a participação da 11.ª Comissão na audição requerida.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Foi apreciado igualmente o requerimento do Grupo Parlamentar do PS, de audição do Conselho Superior da Magistratura na sequência de notas emitidas por este Conselho à comunicação social a propósito de um acórdão do Tribunal da Relação do Porto em caso de violência doméstica, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). No debate, intervieram os Senhores Deputado Luís Marques Guedes (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), que referiram que, no caso, a dilação temporal entre a apresentação e a apreciação do requerimento fora oportuna, acautelando o princípio da separação de poderes e assegurando o necessário distanciamento em relação ao caso concreto. Foi ainda referido – e mereceu a concordância dos presentes - que deveria ser feita uma reflexão sobre a oportunidade do agendamento da audição requerida, de forma a aguardar a conclusão do inquérito em curso.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, foi apreciado o requerimento do Grupo Parlamentar do BE, para que fosse incluído, como ponto autónomo, na audição ordinária da Ministra da Justiça na Comissão, a discussão do Relatório «Olhar o futuro para guiar a ação presente. Relatório sobre o sistema prisional tutelar», publicado no passado mês de setembro, que foi apresentado pela Senhora Deputada Sandra Cunha (BE).

No debate intervieram os Senhores Deputados Luís Marques Guedes e Carlos Abreu Amorim (PSD), que questionaram a necessidade de autonomizar um ponto, uma vez que se tratava de uma audição ordinária de um membro do Governo e, por definição, genérica e aberta a todos os temas, tendo o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL**

adiantado que, provavelmente, o que o Grupo Parlamentar requerente pretendia era a realização de uma audição extraordinária no mesmo dia da audição ordinária com aquele membro do Governo, interpretação que foi confirmada pela Senhora Deputada Sandra Cunha (BE).

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No sétimo ponto, foram admitidas e distribuídas as seguintes petições:

<a href="#">390/XIII/3</a>	José Augusto Duarte Sequeira Mendes Pereira (6072 assinaturas)	<a href="#">Solicita a alteração da Lei da Nacionalidade em matéria de reconhecimento da nacionalidade originária aos filhos de imigrantes.</a>	<b>Designado relator o Senhor Deputado José Silvano (PSD)</b>
<a href="#">393/XIII/3</a>	SINSEF Sindicato dos Funcionários do SEF	<a href="#">Solicita a adoção de medidas para suprir a perda de capacidade operacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).</a>	<b>Deliberado não nomear relator</b>
<a href="#">420/XIII/3</a>	Francisco de Miranda e Cardo	<a href="#">Solicita alterações no Sistema de Proteção Civil.</a>	<b>Deliberado remeter à entidade destinatária (Governo)</b>

A deliberação sobre a admissibilidade das 10 petições que se seguem (com tramitação num único processo) foi adiada para a reunião seguinte, após as intervenções dos Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), tendo o primeiro proposto a não admissão das mesmas, por considerar causa de indeferimento liminar a incompetência do órgão Assembleia da República para legislar sobre carreiras, e o segundo argumentado que tal matéria não faz parte das competências da 1.ª Comissão, mas sim da Comissão de Trabalho e Segurança Social. Por sua vez, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) disse não concordar com a não admissão das petições em causa, posição que mereceu a concordância do Senhor Presidente, que considerou a Comissão competente para as apreciar.

<a href="#">403/XIII/3</a>	João António Correia Martins	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">404/XIII/3</a>	Emanuel Pestana	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">409/XIII/3</a>	David Brás Ribeiro Andrade	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">412/XIII/3</a>	Emanuel Franclim Paiva do Souto	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL**

<a href="#">413/XIII/3</a>	Vítor Bruno Marques Ferreira	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">417/XIII/3</a>	Sara Filipa Rodrigues Dionísio	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">421/XIII/3</a>	Daniel Castro Silva	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">422/XIII/3</a>	Diogo Manuel Ferreira Vencá	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">423/XIII/3</a>	Diogo Rosa Ferreira	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>
<a href="#">424/XIII/3</a>	Mónica Catarina Ferreira Lopes	<a href="#">Solicita a criação da Carreira de Quadros Superiores de Proteção Civil / Gestão de Emergência.</a>

No final, o Senhor Presidente recordou o teor do artigo 12.º da Lei de Exercício do Direito de Petição (LEDP), que especifica as causas de indeferimento liminar, tendo o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) invocado como fundamento para o indeferimento liminar a ilegalidade das petições em apreciação. No mesmo sentido, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) argumentou que os particulares devem dirigir-se aos órgãos competentes. Não havendo unanimidade sobre a admissão das referidas petições, o Senhor Presidente sugeriu que os Senhores Deputados que se manifestaram a favor da não admissão das petições apresentassem uma fundamentação mais consistente para o efeito na reunião seguinte.

No oitavo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do relatório final da [Petição n.º 95/XIII/1.ª](#) - Solicita a apreciação da legalidade das Portarias n.º 931/2006, de 8/9 e 192/2015, de 29/6, na parte relativa à obrigatoriedade de os portadores de armas de fogo manifestadas com livretes antigos procederem à sua substituição pelo atual modelo, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado António Gameiro (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do relatório final da [Petição n.º 176/XIII/1.ª](#) - Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado António Gameiro (PS), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A apresentação do relatório final da Petição n.º 230/XIII/2.ª - Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa, foi



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL

adiada por não se encontrar presente o respetivo relator, Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Por deliberação unânime de 25 de outubro último, atento o tempo decorrido desde a apresentação da petição e a superveniente alteração da Lei de Exercício do Direito de Petição (não aplicável retroativamente, mas suscetível de inspirar uma solução excecional de aplicação analógica dos novos normativos, que possibilitem uma resposta imediata aos cidadãos), a Comissão entendeu dever proceder à conclusão de petições com apreciação atrasada em mais de 6 meses, mediante uma convocação em relatório final das respetivas notas de admissibilidade, nos casos em que seja possível, dispondo cada relator da prerrogativa de anexar a sua posição pessoal ao referido relatório, metodologia que foi aplicada às petições que se seguem e cujos relatórios finais foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

- [Petição n.º 29/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal;

- [Petição n.º 59/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados passarem a ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança;

- [Petição n.º 72/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria;

- [Petição n.º 107/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração da Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro, que criou o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, no sentido de serem aditados ao circuito integrado do cartão (chip) elementos de identificação adicionais e de ser criado um cartão "braçadeira eletrónica" para pessoas em situação vulnerável;

- [Petição n.º 123/XIII/1.ª](#) - Solicita a criação de um Centro de Arbitragem de Conflitos da Segurança Social;

- [Petição n.º 125/XIII/1.ª](#) - Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

No nono ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à ENISA, a «Agência da União Europeia para a Cibersegurança» e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação e comunicação, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 526/2013 ( «Regulamento Cibersegurança») [[COM \(2017\) 477](#)], que foi apresentado pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), e, no final, aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, o senhor Presidente submeteu a votação as atas n.ºs 3 a 14/XIII/3.<sup>a</sup>, correspondentes às reuniões de 4 de outubro a 15 de novembro de 2017, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente deu conta da entrada, no final do dia anterior, de um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, solicitando o envio ao Parlamento do relatório intitulado “Complexo de Incêndios Ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes”, tendo o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) usado da palavra para fazer a respetiva apresentação, em que questionou o facto de quer o Governo quer a Provedora de Justiça terem tido acesso à versão integral do referido relatório e o Parlamento não, situação que entende como inaceitável, pelo que solicitava uma diligência da parte da Comissão que permitisse aos Deputados ter acesso a esse documento, ficando de clarificar em que termos seria feito esse acesso.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) concordou que o Parlamento deveria ter acesso ao relatório mencionado e sugeriu que a CNPD fosse chamada como interlocutora para definir o termos desse acesso. Já o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) disse não concordar com a intervenção da CNPD nesse processo, por entender que estava em causa um documento manifestamente do interesse público.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) informou a Comissão de que o Grupo Parlamentar do PS não aceitava a votação do requerimento, porque apresentado extemporaneamente pelo CDS-PP, pelo que propunha o seu agendamento para a reunião seguinte da Comissão. Não havendo consenso, o Senhor Presidente deu por adiada a discussão e votação do mesmo.

Aprovada a 04-01-2018



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL**

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de novembro de 2017

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelas de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 15/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Teresa Morais  
Vânia Dias da Silva  
Maria Adelaide Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira